

# PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

CONTRATANTE (UASG) **102134 - IFUSP**

## OBJETO

Contratação de Projeto Executivo e execução da obra, conforme memorial descritivo.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 275.221,82

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 28/05/2026

## HORÁRIO DA FASE DE LANCES

9h30

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço item

## MODO DE DISPUTA:

Aberto

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Sumário



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
8. DOS RECURSOS .....	16
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	17
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	19
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	19



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

### **INSTITUTO DE FÍSICA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

#### **Processo SEI nº 154.00006496/2026-37**

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio do **Instituto de Física da USP**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é **Projeto Executivo e execução da obra**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **ÚNICO ITEM**.

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
  - 2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na [Instrução Normativa nº 03/2018](#), mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão disputar esta licitação:
  - 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
  - 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
  - 2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.

- 2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
  - 2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
  - 2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
  - 2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
  - 2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
  - 2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
  - 2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6. Será permitida a participação de:
- 2.6.1. cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 2.6.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
  - 2.6.2. pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 2.6.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o subitem **2.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.5.2** e **2.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

- 2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- 2.11. A vedação de que trata o item **2.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **7.1.1** e **7.13.1** deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 – IFUSP

não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
  - 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
  - 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 4.1.1. **Valor unitário do item**
  - 4.1.2. **Marca (se houver)**
  - 4.1.3. **Fabricante, quando aplicável.**



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
  - 4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
  - 4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
  - 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
  - 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
  - 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

### 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 5,00 (cinco reais)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
  - 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
  - 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
- 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 – IFUSP

- 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
- 5.21.2.2. empresas brasileiras.
- 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.
- 5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.22.3. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item 6.10 do edital.
- 5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **2.5** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF.
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

- 6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- 6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem **6.1.4.** será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **3.6** deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a melhor proposta que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis.
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 7.5.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico ([§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
- 7.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ([§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado e ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 7.10.1. **O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail/telefone junto ao Sr. Eduardo – [edudu@if.usp.br](mailto:edudu@if.usp.br) [ato@if.usp.br](mailto:ato@if.usp.br) [sip@if.usp.br](mailto:sip@if.usp.br) ou tel. (11) 3091.6602 de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.**





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

- 7.10.2. **Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico** acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.11.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.11.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.11.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

- 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.13.1**.
- 7.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### 8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
  - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.
  - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portal.sei.gov.br/sei> ou mediante solicitação formal via e-mail: [compras@if.usp.br](mailto:compras@if.usp.br).

### 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:
  - 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
  - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
    - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
    - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.
    - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
  - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
    - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
  - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
  - 9.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
  - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
    - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
    - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

- 9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:
- 9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 9.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.
- 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e
- 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa ([art. 156, §7º](#)).
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ([art. 156, §9º](#)).

### 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo e-mail [compras@if.usp.br](mailto:compras@if.usp.br)**.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://portalservicos.usp.br/contratacoes>
- 11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 11.12.1. ANEXO I - **Termo de Referência (Apêndices ETP e Memorial descritivo/cronograma físico-financeiro)**
  - 11.12.2. ANEXO II – **Proposta Comercial**
  - 11.12.3. ANEXO III - **Orientações sobre a retenção de imposto de renda**
  - 11.12.4. ANEXO IV – **Termo de ciência e Notificação**

**São Paulo, data da assinatura digital.**

**Profa. Dra. Kaline Rabelo Coutinho**

**Diretora**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

### INSTITUTO DE FÍSICA DA USP

Processo SEI nº 154.000.6496/2026-37

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de **Contratação integrada do Projeto Executivo e execução de infraestrutura elétrica de salas Edifício Principal**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço com fornecimento, conforme memorial descritivo	5606	Serv.	01	275.221,82	275.221,82

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, **prevalecem as disposições deste Termo de Referência.**

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias** contados da **data de assinatura do contrato/termo de início dos serviços**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### Subcontratação

- 1.6. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação).



## 1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: **630255300000104-0-000033/2026**
- II. Data de publicação no PNCP: **23/06/2025**
- III. Id do item no PCA: **102134-33/2026-790**
- IV. Classe/Grupo: **833-Serviços de Engenharia**
- V. Identificador da Futura Contratação: **102134-187/2026**

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- 4.1.1. **Todos os componentes obsoletos retirados: disjuntores, barramentos e estruturas metálicas dos quadros de distribuição antigos, serão destinados à logística reversa ou centros de reciclagem especializados, garantindo o descarte ambientalmente adequado de resíduos eletroeletrônicos**
- 4.1.2. **Materiais remanescentes da instalação, como sobras de eletrodutos e embalagens serão segregados na fonte e destinados conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, priorizando a reciclagem.**

**Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

- 4.2.1. **Quadros de distribuição geral e ar condicionado: WEG; Schneider Electric; ABB; Siemens.**
- 4.2.2. **Condutores de baixa tensão: Prysmian/Pirelli ; Induscabos ; Sil ; Corfio.**
- 4.2.3. **Chaves e Dispositivos de Proteção e Comando: Schneider Electric; Siemens; Clamper; ABB**
- 4.2.4. **Eletrocalhas: Elecon; Perfil Líder; Maxtil.**
- 4.2.5. **Eletrodutos: Elecon; GFC; Tubos Ganges; Technaço.**





4.2.6. **Terminais/Conectores:** Burndy, Eltec, Magnet, 3M, HellermannTyton.

4.2.7. **Acessórios de Fixação:** Wetzel, Daisa, Marvitec.

4.2.8. **Barramentos:** Termomecânica, LMN, Galeazzi.

4.2.9. **Bornes:** Conexel (Wiedmüller), Siemens, Phoenix Contact.

## Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação).

4.3. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o licitante deverá informar uma das seguintes modalidades de garantia que irá prestar:

- I. **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do **CONTRATANTE** no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.
- II. **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- III. **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- IV. **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o licitante vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.
- V. **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.



- 4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08:00** horas às **16:00** horas.
- 4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia – contato Eduardo (11) 3091.6602 (seção de Manutenção) - e-mail [edudu@usp.br](mailto:edudu@usp.br).
- 4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.10. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.11. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: **10 (dez) dias da emissão da ordem de serviço.**
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: **conforme memorial descritivo.**
- 5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: **conforme memorial descritivo.**
- 5.1.4. Etapa: **A primeira etapa compreende o desenvolvimento do projeto executivo, com base nas informações disponibilizadas no projeto básico e levantamentos/medições realizadas no local da intervenção, precedida da análise e aprovação da área técnica do Instituto de Física (IFUSP). Poderão haver etapas posteriores de correção; contudo o prazo de atendimento do deverá respeitar o cronograma previamente estabelecido, excluído o período de análise da Contratante. A segunda etapa será a de execução do objeto, conforme cronograma que poderá ser interrompido/suspenso, sempre que ocorra necessidade imperativa da Contratante, em virtude das atividades acadêmicas.**

### Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Edifício Principal do IFUSP, Rua do Matão, 1371, Cidade Universitária Armando Sales de Oliveira. Obs.: Os serviços de elaboração do Projeto Executivo deverão ser realizados em local/escritório da Contratada; o Instituto não fornecerá sala, computadores, mobiliário ou qualquer**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

outro recurso/ferramenta para subsidiar a tarefa, exceto recursos humanos para acompanhamento dos levantamentos que deverão ser realizados no local.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **Das 7h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira e aos sábados, das 07h00 às 11h00.**

## Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas [abaixo] / em anexo

- 5.4.1. Encaminhamento por e-mail e/ou drive compartilhado, da lista de funcionários elencados para a tarefa, contendo nome; documento de identificação com foto, contendo registro geral e número de cadastro de pessoa física (RG/CPF); ficha de empregado e/ou cópia da carteira de trabalho; ficha/comprovante de recebimento de equipamento de proteção individual (E.P.I); atestado de saúde ocupacional dentro da validade e na situação “apto” para as tarefas objeto do contrato. Essa lista deve ser atualizada sempre que um novo colaborador iniciar/encerrar suas atividades na obra.
- 5.4.2. Preenchimento do documento padrão, fornecido pela Contratante “Cadastro de Contratos Terceirizados”, no qual constarão os dados gerais do contrato e a lista de colaboradores elencados para a tarefa, conforme item 5.4.1.
- 5.4.3. Realização da integração com a equipe de fiscalização e liderança da vigilância/zeladoria do Instituto, a fim de receber informações gerais sobre acesso, permanência e conduta nas instalações e procedimentos padrão da Unidade.
- 5.4.4. Registro fotográfico inicial das instalações e mobilização de obra.
- 5.4.5. Registro diário de ocorrências e da evolução da obra, em documento de acesso livre à fiscalização, que poderá ser via aplicativo, on-line por meio de drive compartilhado ou diário físico. O diário físico deverá ser conferido/assinado semanalmente.
- 5.4.6. Encaminhamento das medições mensais, com antecedência de 05 (cinco) dias úteis antes do fechamento dos 30 (trinta) dias corridos de medição, a fim de que haja tempo hábil para eventuais retificações.
- 5.4.7. Emissão da(s) nota(s) fiscal(is) somente após a aprovação da medição pela fiscalização.
- 5.4.8. Entrega para recebimento provisório da(s) obra(s).
- 5.4.9. Entrega para recebimento definitivo da(s) obra(s).
- 5.4.10. Desmobilização.

## Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o **CONTRATADO** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades



estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- 5.5.1. A contratada deverá disponibilizar escadas compatíveis com as atividades e em condições de uso que permitam realizar as tarefas com segurança.
- 5.5.2. Os equipamentos de proteção individual (E.P.I.s) dos colaboradores deverão estar em condições adequadas e seguras de uso, com certificado de aprovação válido e dentro da validade.
- 5.5.3. As ferramentas manuais isoladas e os instrumentos de medição (como alicates amperímetros e multímetros) fornecidos pela Contratada devem possuir isolamento compatível com a classe de tensão dos serviços, estar em perfeito estado de conservação, limpeza e funcionamento, e atender rigorosamente às normas de segurança vigentes (como a NR-10).
- 5.5.4. Os instrumentos de medição devem possuir certificados de calibração válidos e categoria de sobretensão adequada ao ambiente de operação, sendo obrigatória a substituição imediata de qualquer item que apresente desgaste na isolação, danos estruturais ou falhas de precisão que possam comprometer a integridade física dos colaboradores ou a segurança das instalações.
- 5.5.5. Os materiais a serem empregados na obra, em especial aqueles cujos requisitos de resistência, qualidade, espessura, performance, sustentabilidade e outros, são determinados por normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), somente poderão ser aplicados após a verificação e aprovação da fiscalização, a saber: cabos, eletrocalhas, disjuntores, quadros elétricos, dentre outros.
- 5.5.6. Os materiais deverão estar em suas embalagens originais, com informação de fornecedor, quantidade, lote e data de fabricação.
- 5.5.7. Para fins de padronização estética, eficiência de manutenção e garantia da coordenação técnica, todos os componentes de uma mesma família funcional (ex: disjuntores de um mesmo quadro) deverão obrigatoriamente ser de mesmo fabricante e mesma linha. Não será aceita a instalação de marcas distintas para dispositivos que desempenhem a mesma função em um mesmo conjunto, assegurando-se assim o perfeito acoplamento mecânico e a uniformidade do estoque de reposição

## Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.6.1. Os serviços que geram ruído, vibração e poeira deverão ser programados para dias e horários que causem menor impacto às atividades acadêmicas, podendo ocorrer, inclusive, aos finais de semana.
- 5.6.2. A permanência de encarregado e do engenheiro responsável, é imprescindível para o bom andamento da obra e será exigida e acompanhada pela fiscalização.



5.6.3. Não se admitirá acúmulo de entulho em quantidade superior a 100 (cem) litros (0,1m³), mesmo que ensacados, no interior ou exterior da edificação.

5.6.4. Os funcionários deverão fazer parte do quadro funcional da Contratada, por meio de contratos legalmente firmados e que respeitem à legislação trabalhista. Não serão admitidos colaboradores microempreendedores individuais (MEI).

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 24 (vinte e quatro) meses para montagem e 12 (doze) meses para componentes, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



## Preposto

- 6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO**, hipótese em que o **CONTRATADO** designará outro para o exercício da atividade.

## Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) [\(Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput\)](#).

## Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

## Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).

6.17. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. **Verificação diária e anotação dos nomes dos colaboradores elencados para a tarefa, compatibilizando-os com os nomes constantes na lista de colaboradores informada pela Contratada.**

6.18.2. **Recepção da medição assinada e da Nota Fiscal e encaminhamento aos setores responsáveis.**

6.18.3. **Verificação dos dados da Nota Fiscal e demais documentos e certidões junto ao Setor de Contabilidade, prezando para que as datas de execução e recebimento estejam compatíveis.**

6.18.4. **Acompanhamento do pagamento da Nota Fiscal junto aos setores responsáveis.**

6.18.5. **Inclusão de informações e notificações no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) sempre que requerido.**

## Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a





eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).

- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da prestação de serviços, sempre levando-se em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
  - 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### Do recebimento

- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco)** dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.7.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

- 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções.
- 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.9.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.
- 7.15. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.



## Prazo de pagamento

- 7.17. O pagamento será efetuado no prazo **não inferior a 28 (vinte e oito) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#) e da [Portaria GR. nº 8249/2023](#).
- 7.17.1. São condições para a liberação do pagamento:
- a) O recebimento definitivo do objeto.
  - b) A entrega da documentação fiscal completa.
  - c) A não existência de registro do contratado no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do [Decreto Estadual nº. 53.455/2008](#).
- 7.18. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.
- 7.18.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.18.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.
- 7.19. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 7.20. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.21. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.22. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

## Forma de pagamento

- 7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.25. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.26. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO *Forma de seleção e critério de julgamento da proposta*

- 8.1. O prestador de serviço(s) será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será **Global**.

### Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. **Ato de autorização para o exercício da atividade de Engenheiro Eletricista, Tecnólogo e/ou Técnico em Eletrotécnica, mediante apresentação de registro profissional e prova de regularidade perante o respectivo conselho de classe (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, nos termos da Lei nº 5.194/66, ou CRT - Conselho Regional dos Técnicos Industriais, nos termos da Lei nº 13.639/2018), devidamente atualizados.**
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo DecretoLei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.





- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.20. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da [Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples.
- 8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante).
- 8.23.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

## Qualificação Técnica

- 8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.25. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.26. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional **CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais)**, em plena validade.
- 8.26.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.





# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.27. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):
- 8.27.1.1. **Execução e Projeto de instalação de com carga instalada de no mínimo 122kVA**
- 8.27.1.2. **Montagem e instalação de quadros de distribuição com corrente nominal igual ou superior a 300A.**
- 8.27.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.
- 8.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 8.27.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## Outras comprovações

- 8.28. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:
- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual.
  - b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando for o caso.

**8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:**

**8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

8.29.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.

8.29.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.

8.29.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.29.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.29.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

8.30. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

8.30.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

8.30.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 275.221,82 (duzentos e setenta e cinco mil, duzentos e vinte e um reais e oitenta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela acima**.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- I. Gestão/Unidade: INSTITUTO DE FÍSICA DA USP
- II. Fonte de Recursos: TESOURO
- III. Programa de Trabalho: .....
- IV. Elemento de Despesa: 33903979
- V. Plano Interno: PCA 2026

São Paulo, data da assinatura digital

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

**Eng.<sup>a</sup> Verônica Espinosa Pintos Lopes**  
**(Elaborador TR)**

**Sr. Alexandre de Oliveira Vieira**  
**(Gestor/Demandante)**

Termo Referência – APÊNDICE ESTUDO  
TÉCNICO PRELIMINAR



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## DEMANDA DE CONTRATAÇÃO Nº 00031/2020

Tendo como base o disposto no artigo 18 - § 1º - o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

### **I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.**

A presente contratação justifica-se pela necessidade crítica de adequação da infraestrutura elétrica e climatização das salas de aula (Alas 2 e Central - 1º pavimento). Atualmente, a carga térmica nestes ambientes excedeu a capacidade projetada devido à retirada de vegetação externa e à implementação do modelo de ensino híbrido, que introduziu uma densa gama de equipamentos eletrônicos. Sob a perspectiva do interesse público, a permanência do cenário atual compromete o processo de ensino-aprendizagem devido ao desconforto térmico de alunos e docentes, além de oferecer riscos de sobrecarga na rede elétrica existente, que se encontra defasada e sem reserva de carga.

A solução proposta contempla o desenvolvimento de projeto executivo e a execução da obra a partir do projeto básico, garantindo a atualização do Quadro de Distribuição Geral (QDG), a segregação de cargas (QFL e QAC) e a infraestrutura necessária desde o QGBT do térreo. Adicionalmente, a demanda inclui a modernização de duas salas para ensino híbrido e a instalação de sistemas de proteção (nobreak), medida essencial para preservar o patrimônio público, protegendo acessórios de alto custo (câmeras, projetores e sistemas de som) contra instabilidades na rede, garantindo a continuidade das atividades acadêmicas e a eficiência no uso dos recursos públicos.

### **II - Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, em todas as suas dimensões, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.**

Os requisitos da contratação foram definidos para garantir a entrega de uma solução de engenharia segura e eficiente, compreendendo:

#### **1. Requisitos Técnicos e Quantitativos:**

Escopo Executivo: Elaboração de Projeto Executivo baseado no Projeto Básico, com retificação/ratificação obrigatória do dimensionamento.

Estimativa de Itens Críticos: A solução deverá prever, no mínimo: unidades de Quadros de Distribuição (QAC e QFL); infraestrutura de alimentação (eletrocalhas/perfilados) desde o térreo; sistemas de no-break senoidal de 30 kVA para as salas híbridas.

Reserva de Expansão: Todos os novos quadros devem ser entregues com espaço físico e capacidade de carga para reserva técnica de, no mínimo, 20%.

#### **2. Qualificação da Empresa e Equipe Técnica:**

Responsabilidade Técnica: A licitante deverá apresentar profissional detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT/TRT) compatível com o objeto. Serão aceitos profissionais com formação de Engenheiro Eletricista (registrado no CREA) ou Técnico em Eletrotécnica (registrado no CFT), observadas as atribuições e limites de carga previstos no Decreto nº 90.922/85 e na Resolução CFT nº 074/2019.

Experiência Comprovada: Comprovação de execução anterior de serviços de reforma/instalação de quadros elétricos e infraestrutura de climatização em ambientes escolares ou administrativos.

#### **3. Práticas de Sustentabilidade:**

Sustentabilidade Energética: Dimensionamento voltado à redução de perdas elétricas e seleção de componentes com certificação de eficiência (Selo Procel/Inmetro).

Gestão de Resíduos: Plano de descarte dos materiais substituídos (cabos antigos, quadros obsoletos), priorizando a reciclagem de metais e o descarte seletivo conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Longevidade do Projeto: O projeto deve ser concebido para suportar a carga atual e futura das salas de ensino híbrido, evitando intervenções estruturais precoces (sustentabilidade econômica).

### **III - Levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar.**

A análise das alternativas de mercado evoluiu conforme o aprofundamento dos estudos técnicos. Inicialmente, o foco restringia-se à instalação de equipamentos de ar condicionado. Contudo, o levantamento da infraestrutura existente revelou uma impossibilidade técnica e normativa de seguir com essa abordagem simplificada.

#### **1. Alternativa Descartada: Instalação Segregada e Pontual**

Avaliou-se a possibilidade de instalar quadros exclusivos para climatização, mantendo a rede existente. Esta opção foi descartada por inconformidade Normativa: O quadro geral do andar (QDG) apresenta mistura de circuitos (iluminação, tomadas e carga motora), o que contraria as boas práticas de seletividade e manutenção. A instalação de novas cargas de climatização em uma infraestrutura defasada e sem reserva comprometeria a estabilidade da rede, aumentando o risco de sobrecargas e desligamentos indesejados.

#### **2. Solução Escolhida: Renovação Integral e Segregação de Cargas (Conformidade com a NBR 5410)**





A Administração optou pela reestruturação completa da infraestrutura elétrica do pavimento. Em vez de múltiplas derivações desordenadas de um painel central remoto, a solução adota a centralização técnica no andar: A solução prevê que todas as cargas do pavimento derivem de um QDG local devidamente atualizado. Este quadro alimentará, de forma segregada, o QFL (iluminação e tomadas) e o QAC (ar condicionado). Essa topologia facilita a manutenção, isola falhas e garante que a carga de climatização não interfira nos circuitos de tomadas, essenciais para as salas de ensino híbrido.

Aproveitamento de Oportunidade: Ao optar pela renovação total em vez de reformas pontuais, a Administração evita o retrabalho e garante que a infraestrutura suporte não apenas os novos aparelhos de ar condicionado (tipo Split), mas também a proteção de equipamentos sensíveis via no-breaks, com a devida reserva de carga.

### 3. Justificativa Econômica

Embora o investimento inicial para a renovação do QDG seja superior à instalação de um quadro isolado, a análise de ciclo de vida demonstra que esta é a opção mais econômica. Ela elimina a necessidade de futuras intervenções corretivas na rede antiga e garante a longevidade da infraestrutura por pelo menos 15 a 20 anos, atendendo plenamente ao interesse público e à eficiência energética.

### **IV - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.**

A solução abrange o dimensionamento de novas cargas e o cálculo do fator de demanda e reserva técnica conforme a NBR 5410. O escopo foi ampliado para incluir a reforma integral dos Quadros de Distribuição Geral (QDGs) existentes, que se encontravam em desconformidade normativa.

A proposta visa adequar toda a infraestrutura às normas vigentes, garantindo maior vida útil e segurança através da segregação técnica dos Quadros de Distribuição (QDs) por tipo de carga: iluminação/tomadas (força e luz) e motores. Quanto à manutenção, a solução prioriza a acessibilidade dos componentes e a identificação clara dos circuitos, reduzindo o tempo de parada em assistências futuras.

### **V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.**

Devem ser instalados 02 quadros de distribuição geral trifásicos, com barramento dimensionado para absorver os circuitos existentes de força e luz (QFLs) e as novas cargas de ar condicionado (QAC), representada pela instalação de 04 novos quadros elétricos de 150A. O Cálculo das cargas dos QAC's foram obtidas a partir do cálculo de carga térmica das salas que serão climatizadas e da revisão desse cálculo para ambientes já climatizados e/ou que poderão vir a ser incluídos futuramente.

### **VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.**

A contratação tem valor estimado em cerca de 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), conforme orçamento realizado pela Tabela de composição de preços para orçamentos (Volare)/SINAPI e Pesquisa de preços para insumos especiais.

### **VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução.**

A contratação em lote único justifica-se pela intrínseca interdependência técnica entre os elementos da solução. Uma vez que o escopo abrange desde a reforma do QDG existente, visando sua adequação às normas técnicas até a instalação de novos quadros segregados por tipo de carga (força, luz e motores), o fracionamento comprometeria a integridade do sistema elétrico.

A execução por um único fornecedor garante a compatibilização plena entre a infraestrutura antiga e a nova, evita conflitos de responsabilidade técnica em caso de falhas e assegura que o objetivo final, que é a operação segura e normatizada conforme a NBR 5410 seja atingido de forma sistêmica, dentro do cronograma planejado.

### **VIII - Contratações correlatas e/ou interdependentes.**

Identifica-se interdependência com a ata de registro de preços para aquisição de equipamentos de ar-condicionado, uma vez que a solução elétrica proposta (dimensionamento de carga e novos QDs) visa prover a infraestrutura necessária para o pleno funcionamento desses equipamentos. Além disso, a presente execução vincula-se estritamente às diretrizes do Projeto Executivo de Engenharia, sendo este o balizador técnico para a reforma do QDG e a segregação das cargas de força e motores, garantindo que a entrega final atenda aos requisitos de segurança e desempenho previstos no planejamento da Administração.

### **IX - Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, observadas as disposições do artigo 16 do Decreto nº 67.689, de 3 de maio de 2023.**

A contratação está prevista no PCA, com recursos provenientes do Programa de Aprimoramento no Ensino da Graduação. DFD 311(2025), contratação 187(2026).





# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## **X - Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.**

A solução pretende alcançar os seguintes resultados:

**Economicidade e Vida Útil:** A reforma e adequação dos QDGs à NBR 5410, somadas à segregação de cargas (motores separadamente de força e luz), reduzem quedas de tensão e sobrecargas. Isso reflete diretamente na economia de energia e no prolongamento da vida útil dos equipamentos de climatização e suporte ao ensino.

**Continuidade e Segurança (No-break):** A instalação de sistema de no-break garante a estabilidade de cargas críticas, evitando danos por surtos e perda de dados, o que otimiza o uso de recursos financeiros ao reduzir manutenções corretivas emergenciais.

**Planejamento e Expansão:** O atendimento à reserva técnica permite futuras ampliações sem a necessidade de novos investimentos estruturais imediatos, demonstrando um aproveitamento inteligente dos recursos materiais e financeiros.

**Eficiência Educacional:** A infraestrutura devidamente dimensionada viabiliza a climatização das salas de aula e setores de apoio, impactando positivamente no ambiente de ensino e na produtividade dos recursos humanos (alunos e servidores).

## **XI - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.**

Para a viabilização da solução e garantia da eficiência energética projetada, a Administração deverá adotar as seguintes providências:

**Adaptações Ambientais:** Instalação de películas de controle solar nos vidros (mínimo G20) e brises-soleil nas fachadas críticas, reduzindo a carga térmica para que o sistema de climatização opere dentro dos parâmetros de projeto.

**Gestão e Fiscalização:** Designação formal da equipe de fiscalização, com suporte técnico de consultoria especializada ou Órgão Central, visando assegurar o cumprimento rigoroso da NBR 5410 na reforma dos QDGs e na correta segregação das cargas (motores, força e luz).

**Capacitação Operacional:** Treinamento dos servidores responsáveis pela operação e manutenção preventiva básica da nova infraestrutura, com foco nos novos sistemas de proteção e operação do nobreak.

## **XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.**

A instalação de equipamentos de climatização impacta o consumo energético em detrimento de medidas puramente naturais. Contudo, após análise técnica do edifício, concluiu-se que o tratamento da envoltória não é suficiente para o conforto térmico sem prejuízo ao bem-estar acadêmico. Assim, optamos por equipamentos de alta eficiência (selos de compromisso ambiental) e medidas complementares, como a priorização de salas críticas em fachadas de menor radiação, instalação de brises-soleil, películas de controle solar e sistemas de recuperação de energia (ERV). Dessa forma, a solução busca o cenário mais sustentável e duradouro através das seguintes medidas mitigadoras:

**Eficiência da Infraestrutura:** A reforma dos QDGs e a segregação de cargas (motores, força e luz) conforme a NBR 5410 reduzem perdas por aquecimento, otimizando o consumo e aumentando a vida útil do sistema elétrico.

**Logística Reversa e Desfazimento:** Todos os componentes obsoletos retirados (disjuntores, barramentos e estruturas metálicas dos quadros antigos) serão destinados à logística reversa ou centros de reciclagem especializados, garantindo o descarte ambientalmente adequado de resíduos eletroeletrônicos.

**Gestão de Resíduos:** Materiais remanescentes da instalação (sobras de eletrodutos e embalagens) serão segregados na fonte e destinados conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, priorizando a reciclagem.

## **XIII - Manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.**

A contratação demonstra-se plenamente adequada e superior às alternativas, pois não apenas viabiliza a climatização das salas de aula, mas garante que a infraestrutura elétrica opere sob rigorosos padrões de normatização e segurança. Ao projetar a solução técnica considerando a demanda futura, a Administração evita intervenções paliativas e assegura uma obra de alta eficiência operacional. O foco na escolha de materiais e métodos que otimizam a manutenção e o ciclo de vida do ativo reflete o compromisso com a economicidade e com a criação de ambientes inovadores, fundamentais para a qualidade do ensino e o planejamento estratégico da instituição.

**Termo Referência – APÊNDICE  
– MEMORIAL DESCRITIVO**





## 1. OBJETO

O objetivo deste memorial é fornecer os elementos para a contratação integrada do Projeto Executivo (P.E.) e execução de infraestrutura elétrica do 1.º andar do Edifício Principal, com base em projeto básico fornecido pela Contratante. Esse memorial estabelecerá as especificações de materiais e serviços para **Execução de Instalações Elétricas de Baixa Tensão** no 1.º andar do Edifício Principal do Instituto de Física, conforme projeto básico.

## 2. PRAZO DE ENTREGA

O prazo para conclusão dos serviços é de 60 (sessenta) dias a partir da ordem de início, sendo os 30 (trinta) dias iniciais para elaboração do projeto executivo. O pagamento será realizado em 2 (duas) medições.

## 3. QUANTIDADES

As quantidades constam na planilha estimativa. As licitantes poderão realizar levantamentos na realização da visita técnica e manifestar-se, por escrito, antes da realização do certame, caso verifiquem qualquer discrepância. Determinada a licitante vencedora, não haverá alteração de quantidades, salvo nas hipóteses da Lei 14.133/21.

## 4. NORMAS TÉCNICAS E REGULAMENTADORAS APLICÁVEIS

### 4.1. Instalações e Segurança Geral

NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão.

NR-10 (Edição 2026): Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

### 4.2. Conjuntos de Manobra e Quadros Elétricos

NBR IEC 61439-1/3: Conjuntos de manobra e comando de baixa tensão.



NBR IEC 60529: Graus de proteção providos por invólucros.

NBR IEC 62262: Graus de proteção contra impactos mecânicos externos.

NBR IEC 62040: Sistemas de Alimentação Ininterrupta (UPS)

#### **4.3. Dispositivos de Proteção (Padrão Industrial)**

NBR IEC 60947-2: Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão – P2: Disjuntores.

#### **4.4. Condutores e Conexões**

NBR 13248: Cabos de potência e condutores isolados sem cobertura, não halogenados e com baixa emissão de fumaça (LSZH) para tensões até 1kV.

NBR NM 280: Condutores de cabos isolados.

NBR 14136: Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo.

### **5. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS MATERIAIS**

#### **5.1. Generalidades**

Os materiais que serão fornecidos devem ser previamente aprovados pela fiscalização; devem ser novos, de primeira qualidade e atender às normas da ABNT, concessionárias, e padrões previstos nos documentos técnicos. Os pedidos de substituições de materiais por força maior ou indisponibilidade requerem comprovação e anuência. Cabe à Contratada o exame detalhado do local e documentos, validando medidas e técnicas para a execução. Eventuais omissões ou discrepâncias não eximem a Contratada do fornecimento de itens essenciais, devendo as dúvidas serem sanadas com a fiscalização, antes da execução, para garantir a boa técnica e entrega plena do objeto.

#### **5.2. Quadros de Distribuição Geral e de Ar Condicionado.**

##### **5.2.1. Estrutura e Acabamento:**

Invólucro: Executado em chapa de aço carbono nº 14 (1,90 mm).



Configuração: Equipado com porta externa e espelho interno (contra-porta) para segregação dos componentes, além de placa de montagem removível.

Pintura: Tratamento anticorrosivo com pintura eletrostática a pó (epóxi). Cor externa RAL 7035 (Cinza Luminoso) e placa de montagem/partes sob tensão em RAL 2004 (Laranja), conforme padrões normativos vigentes.

## **5.2.2. Segurança e Proteção:**

Acessibilidade: Porta externa dotada de fechadura isolante tipo "Yale" com chave.

Grau de Proteção: Estanqueidade IP44 (proteção contra objetos > 1mm e respingos d'água) e resistência mecânica IK08 ou superior.

Proteção de Barramentos: Sistema de barramento trifásico, tipo espinha de peixe para disjuntores DIN, totalmente protegido contra contatos acidentais (IP2X mínimo interno).

## **5.2.3. Gestão Térmica:**

Ventilação: Sistema de ventilação forçada composto por grelhas com filtro.

Controle: Acionamento automático via termostato ajustável.

Ref.: WEG Schneider Electric; ABB; Siemens.

## **5.3. Condutores de Baixa Tensão.**

Condutores: Cobre eletrolítico, tempera mole, com encordoamento Classe 4 ou 5 (flexíveis) conforme NBR NM 280.

Isolação: Composto termoplástico ou termofixo não halogenado, com baixa emissão de fumaça e gases tóxicos (atóxico), conforme NBR 13248.

Temperatura de Serviço: Para circuitos terminais (distribuição): 70°C (tensão 450/750V).

Para o alimentador principal de 300A, isolação HEPR 90°C (tensão 0,6/1kV).

Segurança: Característica de não propagação de chama e auto extinção de fogo. As marcas deverão ser certificadas pelo INMETRO para bitolas de 4mm<sup>2</sup> a 240mm<sup>2</sup>



Ref.: Prysmian/Pirelli ; Induscabos ; Sil ; Corfio.

## **5.4. Chaves e Dispositivos de Proteção e Comando**

### **5.4.1. Dispositivos de Proteção até 50A**

Tipo: Minidisjuntores termomagnéticos bipolares, para trilho 35mm, padrão DIN, secos, para instalação em quadros de distribuição.

Curva de Disparo: Curva C

Capacidade de Interrupção (Icn): Mínimo de 6kA ou conforme cálculo de curto-circuito.

Operação: Acionamento manual por alavanca com indicação visual de estado (Ligado/Desligado) e disparo automático livre, mesmo com a alavanca travada.

Conexão: Terminais com proteção contra toque acidental (IP20), compatíveis com sistema de barramento trifásico tipo espinha de peixe.

### **5.4.2. Dispositivos de Distribuição (Acima de 50A)**

Tipo: Disjuntores termomagnéticos de caixa moldada (MCCB), multipolares, fixos, para instalação em placa de montagem ou suporte específico em painéis de baixa tensão.

Capacidade Nominal: Conforme projeto, com tensão de isolamento de 1000V e tensão de operação nominal de até 690V.

Norma de Referência: NBR IEC 60947-2. Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão - Disjuntores Industriais.

Capacidade de Interrupção (Icu): Mínimo de 25kA ou conforme estudo de curto-circuito para o ponto de instalação no Quadro Geral.

Acionamento: Por alavanca frontal com indicação clara das posições ON/OFF e disparado (TRIP).

Tecnologia de Disparo: Unidade de disparo termomagnética fixa ou ajustável, com curva de disparo industrial para coordenação seletiva com os minidisjuntores à jusante.





Acessórios: Terminais de conexão robustos com separadores de fase isolantes.

Ref.: Schneider Electric; Siemens; ABB; WEG.

## 5.5. Sistemas de Condução

### 5.5.1. Eletrocalhas

As eletrocalhas destinadas à infraestrutura elétrica deverão ser do tipo perfurada; fabricadas em chapa de aço carbono; com acabamento pré-zincado, conforme NBR 7008, indicado para ambientes internos e urbanos e com virolas de reforço voltadas para o interior em toda a sua extensão. A fabricação e os ensaios devem atender plenamente aos requisitos da NBR IEC 61537. As dimensões e espessuras de chapa deverão seguir o dimensionamento abaixo:

Aplicação/Trecho	Dimensões (L x A x C)	Esp. de Chapa (min.)	Configuração
Alimentação Principal QGBT/QDG(Cabos 240mm <sup>2</sup> )	200 x 100 x 3000 mm	#16 (1,50 mm)	Perfurada, PZ, com virola, sem tampa
Interligação QDG / QAC (Cabos 70mm <sup>2</sup> )	100 x 100 x 3000 mm	#18 (1,25 mm)	Perfurada, PZ, com virola, sem tampa
Distribuição Final (Cabinhos 4mm <sup>2</sup> )	100 x 50 x 3000 mm	#20 (0,95 mm)	Perfurada, PZ, com virola, sem tampa

Ref.: Elecon; Perfil Líder; Maxtil.

### 5.5.2. Eletrodutos

Os eletrodutos destinados às derivações para as salas e alimentação de equipamentos deverão ser do tipo rígido, de aço carbono, zincado, com rosca BSP, com costura,



classificados como semipesados, com diâmetro nominal de 3/4". A fabricação deve atender integralmente à NBR 13057. As características técnicas devem seguir os parâmetros:

**Acabamento:** Galvanizado eletroliticamente para trechos internos e protegidos, ou galvanizado por imersão a quente (a fogo) para trechos que possuam contato direto com umidade ou exposição externa.

**Conexões:** Devem ser executadas através de luvas com rosca padrão BSP.

**Acabamento Interno:** Superfícies internas e externas perfeitamente lisas, isentas de rebarbas, porosidades, arestas ou escamas de zinco.

**Acessórios:** A conexão entre os eletrodutos e as eletrocalhas deverá ser realizada por meio de arruelas e buchas de alumínio silício ou aço galvanizado.

**Ref.:** Elecon; GFC; Tubos Ganges; Technaço.

## **5.6. Acessórios de conexão, Fixação e Identificação**

### **5.6.1. Terminais e Conectores**

**Pré-isolados:** Para condutores de bitola igual ou inferior a 4,0 mm<sup>2</sup>, deverão ser utilizados terminais do tipo ilhós ou tubular, pré-isolados, aplicados com alicate de compressão específico. Emendas em circuitos de comando serão admitidas apenas com o uso de luvas de emenda pré-isoladas.

**De compressão:** Para condutores de potência (bitolas superiores a 4,0 mm<sup>2</sup>), serão utilizados terminais de compressão em cobre eletrolítico estanhado, aplicados por compressão mecânica ou hidráulica. É vedada a utilização de conectores soldados. Estes conectores deverão ser isolados com luvas termocontráteis em PVC.

**De aparafusar:** Exclusivos para sistemas de aterramento, fabricados em liga de bronze de alta condutibilidade.





Terminais para Cabo/Barra: Terminais de compressão em cobre eletrolítico com acabamento estanhado e alta condutibilidade elétrica.

Emendas para Cabos: Do tipo compressão em cobre eletrolítico estanhado, com isolamento compatível através de fitas de autofusão ou mantas termocontráteis.

## **5.6.2. Identificadores e Marcadores**

Condutores de Distribuição: Todos os circuitos devem ser identificados nas extremidades (junto aos terminais) com marcadores do tipo oval em material plástico semirrígido.

Trechos de Passagem: Nas caixas de passagem e mudanças de direção em eletrocalhas/perfilados, os circuitos deverão ser agrupados por braçadeiras de nylon e identificados individualmente.

Régua de Bornes: Os conectores para instalação modular em perfis padronizados deverão ser de composto plástico termofixo, com parafusos e contatos de alta condutibilidade e sistema de identificação compatível.

## **5.6.3. Acessórios de Fixação e Acoplamento**

Buchas e Arruelas: Injetadas em liga de alumínio silício, com acabamento liso e roscas paralelas padrão BSP, conforme NBR 8133.

Braçadeiras e Suportes: Fabricados em chapa de aço decapada com acabamento galvanizado a fogo. Os parafusos e elementos de fixação deverão ser em aço bicromatizado ou inox.

## **5.6.4. Barramentos**

Os barramentos de baixa tensão deverão ser de cobre eletrolítico, têmpera meio-dura, com seção retangular, dimensionados para a corrente nominal e os níveis de curto-circuito previstos em projeto. Para fins de segurança, facilidade de manutenção e melhoria na dissipação térmica (emissividade), todas as fases deverão ser integralmente identificadas



por pintura eletrostática a pó ou aplicação de resina epóxi de alta aderência, em acabamento fosco, seguindo o padrão de cores da NBR 5410:

Fase R: Cor Preta (ou Vermelha);

Fase S: Cor Branca (ou Cinza);

Fase T: Cor Marrom (ou Laranja);

Neutro: Cor Azul Claro;

Terra: Cor Verde ou Verde-Amarelo.

A pintura deve preservar as superfícies de contato (conexões e furações), que deverão ser **estanhadas ou prateadas** para garantir a mínima resistência de contato e proteção contra oxidação galvânica.

#### **Fabricantes de Referência sugeridos:**

**Terminais/Conectores:** Burndy, Eltec, Magnet, 3M, HellermannTyton.

**Acessórios de Fixação:** Wetzels, Daisa, Marvitec.

**Barramentos:** Termomecânica, LMN, Galeazzi.

**Bornes:** Conexel (Wiedmüller), Siemens, Phoenix Contact.

## **6. PROCEDIMENTO EXECUTIVO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

### **6.1. Serviços Preliminares e Projeto Executivo**

Antes do início físico das obras, a Contratada deverá elaborar e submeter à aprovação da fiscalização, o Projeto Executivo Elétrico, baseado no Projeto Básico fornecido. Este serviço compreende o levantamento de campo, redimensionamento de cargas, elaboração de diagramas unifilares e multifilares, detalhamento de infraestrutura e emissão de memorial descritivo complementar.

#### **6.1.1. Mobilização e Visitas Técnicas**



**Reunião de Início:** Em até 05 (cinco) dias úteis após a Ordem de Serviço, será realizada reunião presencial obrigatória no local da obra para apresentação da equipe e reconhecimento da área.

**Levantamento de Campo:** A Contratada deverá realizar vistorias técnicas para identificação de cargas e conferência de caminhamentos de infraestrutura.

**Agendamento:** Deve ser solicitado com antecedência mínima de 24h.

**Horário:** Dias úteis, em período comercial.

## **6.1.2. Prazos e Fluxo de Aprovação**

O prazo total para a entrega da versão final do Projeto Executivo é de 15 (quinze) dias corridos, observando-se a seguinte dinâmica de contagem:

**Análise da Contratante:** A equipe técnica da Contratante terá até 05 (cinco) dias úteis para analisar cada entrega (intermediária ou final) e emitir parecer ou solicitar correções.

**Suspensão do Prazo:** Durante o período de análise por parte da Contratante, a contagem do prazo da Contratada ficará suspensa, sendo retomada imediatamente após o envio do feedback técnico ou solicitação de ajustes.

**Início da Obra:** O início da execução física dos serviços fica estritamente condicionado à aprovação formal e por escrito do Projeto Executivo pela fiscalização.

## **6.1.3. Documentação e Forma de Apresentação**

O projeto será considerado entregue mediante a apresentação de arquivos editáveis (DWG), arquivos em PDF (assinados digitalmente) e fotos do levantamento. Entregas intermediárias para ajustes poderão ser feitas exclusivamente em meio digital; 02 (duas) cópias de igual teor, impressas e assinadas em pranchas conforme normas da ABNT e a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de projeto devidamente recolhida antes da entrega da versão final.





O projeto executivo deve acompanhar declaração do responsável técnico afirmando que o projeto foi compatibilizado com a estrutura existente, assumindo a responsabilidade por eventuais interferências.

#### **6.1.4. Penalidades por Atraso**

Pelo atraso injustificado na entrega do Projeto Executivo, será aplicada multa de mora de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor do item 'Serviço Técnico Especializado – Projeto Executivo', até o limite de 20 dias. Após este prazo, a Administração poderá considerar a inexecução parcial do contrato, com aplicação de multa compensatória de 5% sobre o valor total do contrato e rescisão unilateral.

#### **6.1.5. Levantamento Cadastral Final (As-Built)**

Ao término da obra, a Contratada deverá entregar o projeto "As-Built", refletindo fielmente as alterações executadas em campo. O pagamento da última medição da obra ficará retido até a entrega e aprovação deste documento em meio digital e físico.

Eventuais revisões do projeto executivo solicitadas pela fiscalização para adequação ao Projeto Básico não ensejarão o pagamento de horas adicionais.

#### **6.2. Orientações Gerais**

A Contratada executará as demolições e remoções conforme projeto, sendo responsável pela triagem, pesagem e entrega de todo material metálico (cobre e infraestrutura) à Contratante, sua única proprietária, mediante protocolo. É vedada a retirada ou comercialização de resíduos metálicos do Campus sem autorização. A organização e higiene das frentes de serviço devem ser permanentes, com remoção diária de entulhos via caçambas licenciadas e manutenção de rotas de fuga desobstruídas. Intervenções elétricas exigem planejamento com a manutenção predial, adoção dos protocolos de bloqueio (NR-10) e solicitação de desligamento com 24h de antecedência. A área de



intervenção será isolada por tapumes e sinalizada com EPCs, impedindo o acesso de terceiros e garantindo a conformidade com a legislação ambiental. Os serviços de remoção de cabeamento seguirão duas diretrizes: para condutores com seção nominal de até 25mm<sup>2</sup>, a precificação e execução observarão os itens correspondentes da tabela SINAPI. Para cabos de maior bitola (seção superior a 25mm<sup>2</sup>), a retirada será de responsabilidade exclusiva da equipe de manutenção predial da Unidade. Todos os custos envolvidos no descarte do material removido pela contratada ocorrerá às suas expensas. O material retirado pela equipe de manutenção da Contratante, deverá ser encaminhado para reaproveitamento ou destinado à geração de renda industrial.

### **6.3. Instalações Elétricas**

As atividades deverão seguir a sequência lógica abaixo para garantir a segurança operacional e a integridade dos sistemas existentes.

#### **6.3.1. Mobilização, Proteção e Preparo**

Exame do Local: Verificação de medidas, quantidades e trajetos conforme projetos e especificações técnicas.

Isolamento e Sinalização: Instalação de tapumes não devassáveis e EPCs. A organização e a higiene das áreas de trabalho devem ser preservadas integralmente, cabendo à Contratada a remoção diária de entulhos e resíduos por meio de caçambas licenciadas.

Segurança (NR-10): Aplicação de protocolos de bloqueio e etiquetagem em todas as intervenções em circuitos energizados.

#### **6.3.2. Infraestrutura e Linhas de Condução (Primeira Etapa)**

Suportação: Instalação do sistema tipo trapézio para eletrocalhas (espaçamento máx. 1,5m) e abraçadeiras tipo D ou Ômega para eletrodutos.



Montagem de Eletrocalhas: Fixação das calhas perfuradas com virola, garantindo a continuidade elétrica e o uso de parafusos cabeça lentilha voltados para o interior.

Instalação de Eletrodutos: Cortes perpendiculares com remoção total de rebarbas. Uniões via luvas atarraxadas. Uso de curvas pré-fabricadas (vedada curva a quente).

Transpasses e Selagem: Perfuração de alvenaria com serra-copo e vedação obrigatória do espaço anelar com selante intumescente (Fischer/3M/Hilti) conforme IT-09/SP.

Finalizações de Dutos: Uso obrigatório de buchas e arruelas em todas as terminações em quadros e caixas. Tubulações reserva devem conter arame guia nº 16 BWG.

### **6.3.3. Cabeamento e Conexões (Segunda Etapa)**

Lançamento de Condutores: Instalação dos cabos conforme bitolas de projeto (mínimo 4mm<sup>2</sup>), respeitando o padrão de cores: Preto/Vermelho (Fase), Azul Claro (Neutro), Branco (Retorno) e Verde/Verde-Amarelo (Terra).

Terminais e Identificação: Uso de terminais de compressão ou pré-isolados. Identificação dos circuitos com marcadores anilha nas extremidades e caixas de passagem.

Pontos de Utilização: Instalação de condutores de alumínio e tomadas para alimentação das condensadoras nas posições indicadas.

### **6.3.4. Intervenções nos Quadros e Manobras Críticas (Etapa Final)**

Preparação no QGBT: Instalação prévia dos disjuntores de 400A nos quadros gerais (térreo) antes de qualquer desmontagem nos andares superiores.

Substituição de Quadros (QDG/QAC): A desenergização dos quadros antigos, remoção e instalação dos novos QDGs e QACs deverão ocorrer em final de semana, mediante autorização e aviso prévio de 24h, para não impactar as atividades acadêmicas.

Comissionamento: Reconexão dos circuitos existentes e novos circuitos de climatização, seguida de testes de continuidade e isolamento sob supervisão da manutenção predial.





## **6.3.5. Instalação de No-Break Trifásico de 30kVA (Tensão 220V)**

Será instalado no-break trifásico de 30kVA (220V), fornecido pela Contratante, para alimentação de cargas críticas. Caberá à Contratada o projeto executivo e a instalação completa, partindo de disjuntor específico no QDG da Ala Central até a alimentação final das cargas. O escopo inclui o fornecimento e instalação de um Quadro de Manobra e By-pass externo, equipado com disjuntores de entrada e chave de transferência manual (ou intertravamento equivalente), permitindo a manutenção do equipamento sem interrupção da carga. Este quadro deverá possuir sinalização visual de status (Rede/No-break) e garantir a seletividade da proteção em relação ao QDG. A Contratada é responsável pelo fornecimento de todos os materiais complementares (condutores, infraestrutura e proteções), garantindo que o intertravamento siga rigorosamente as orientações do fabricante para evitar o paralelismo momentâneo de fontes distintas. A entrega inclui a verificação de infraestrutura de ventilação, interligação de baterias, testes de autonomia e comissionamento final de acordo com a NBR 5410.

## **6.3.6. Encerramento e Limpeza**

Limpeza Final: Retirada total de sobras de materiais e aspiração de resíduos particulados em móveis, paredes e pisos das áreas afetadas.

As-Built: Entrega da documentação atualizada e diagramas unifilares/multifilares finais.

## **7. DA GARANTIA**

A Contratada responderá pela solidez e segurança das instalações pelo prazo de 05 anos (Art. 618 do Código Civil), com garantia de 02 anos para montagem e 01 ano para componentes, prevalecendo prazos superiores dos fabricantes. Durante a vigência, a assistência técnica integral, incluindo mão de obra, peças e deslocamentos, correrá por



conta e responsabilidade da executante. Como condição para o recebimento definitivo, deverá ser entregue o Manual de Operação e Manutenção contendo o *As-Built*, catálogos técnicos, termos de garantia e planos de manutenção preventiva.

## 8. DO HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para otimizar o cronograma e garantir a segurança dos usuários, as atividades que impliquem interrupção do fornecimento de energia ou riscos à integridade física da comunidade acadêmica deverão ocorrer obrigatoriamente aos finais de semana.

As demais frentes de serviço poderão ser executadas das 05h00 às 22h00, desde que não produzam ruído excessivo ou dispersão de particulados (poeira) que comprometam as atividades de ensino e pesquisa.

## 9. GESTÃO OPERACIONAL, SEGURANÇA E RESPONSABILIDADES

A execução dos serviços será condicionada à apresentação prévia, junto à Assistência Operacional do IFUSP, da equipe técnica qualificada, acompanhada de relação nominal, RG e registros profissionais. A Contratada deverá fornecer integralmente a mão de obra, ferramentas, veículos e equipamentos de acesso (escadas e andaimes) necessários, mantendo obrigatoriamente um encarregado de obra no local por, no mínimo, 04 (quatro) horas diárias para supervisão direta, correção de não-conformidades e cumprimento do cronograma.

É responsabilidade da Contratada a implementação rigorosa de EPIs (calçados, óculos, luvas, capacete, protetores auriculares e máscaras para fumos conforme a NR-15) e EPCs (sinalização de piso e barreiras de isolamento). Todas as atividades e



# **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

intercorrências, incluindo a movimentação de subcontratados, devem ser registradas em Diário de Obra mantido no local.

A fiscalização reserva-se o direito de paralisar os serviços, mediante relatório fundamentado, caso identifique descumprimento de normas de segurança ou incompatibilidade técnica, exigindo o refazimento imediato do que for executado em desacordo com este memorial. Eventuais danos causados ao patrimônio da Contratante deverão ser integralmente reparados em até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de execução por terceiros com custos repassados à Contratada.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Salas/Numeração	2023*(AC)	2021*(AC)	2019*(AC)	2017*(AC)	2015*(AC)	2009*(A2)	2007*(A2)	2005*(A2)	2003*(A2)	2001*(A2)	Nobreak (AC)	Dados Fixos	Valor	Unidade
Área	55,21	99,68	68,5	99,07	49,5	99,68	49,5	68,85	49,5	94,77	6,1	Calor sensível	75 W	
Largura	7,05	14,2	9,75	14,2	7,05	14,2	7,05	9,78	7,05	13,5		Calor Latente	55 W	
N.º Pessoas	4	94	72	54	92	90	92	90	92	48	0	Área	0,00029 m²	
Televisores	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	Vento	3 (m/s)	
Notebooks	0	1	0	0	1	0	0	0	1	24	5 Switches	Vazão	0,00087 (m³/s)	
Desktops	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Densidade do ar	1,2 kg/m³	
Projeto	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	T(ex) (°)	33 (medida)	
Iluminação	252	532	308	532	280	532	280	364	280	504	56	T(in) (°)	26 (medida)	
Cargas Internas (A)	7072	13092	9968	8032	6080	12532	6040	8464	6080	8364	256	Ure	0,0128 %	
												Uri	0,01 %	
N.º de caixilhos	8	16	11	16	8	16	8	11	8	15		Televisor (55 a 65")	180 W	
Massa de Ar	0,008352	0,016704	0,011484	0,016704	0,008352	0,016704	0,008352	0,011484	0,008352	0,01566		Notebook	40 W	
Calor Sensível	58,76	117,51	80,79	117,51	58,76	117,51	58,76	80,79	58,76	110,17		Desktop (W)	200 W	
Calor Latente	158,64	317,28	218,13	317,28	158,64	317,28	158,64	218,13	158,64	297,45		Projeto	300 W	
Carga Infiltração (B)	217,40	434,80	298,92	434,80	217,40	434,80	217,40	298,92	217,40	407,62		Iluminação 1 (W)	14 W	
												Iluminação 2 (W)	16 W	
Orientação	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE		N (Direta)	350 (W/m²)	
Parede (Direta)	1110,38	2236,50	1535,63	2236,50	1110,38	2236,50	1110,38	1540,35	1110,38	2126,25		N (Difusa)	250 (W/m²)	
Ganho Transmissão - Parede	111,04	223,65	153,56	223,65	111,04	223,65	111,04	154,04	111,04	212,63		Cor clara	0,5 %	
Ganho Transmissão - Vidro	618,85	1246,48	855,86	1246,48	618,85	1246,48	618,85	858,49	618,85	1185,03		SHGC (Ganho Solar)	0,85 %	
Brise	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		CGT Tijolo	2,5 %	
Película	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		CGT Vidro	5,7 %	
Vegetação	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		Cp Calor específico	1005 J/(kg K)	
Persiana	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		FC Infiltração	0,25 %	
Fator de Correção	13,26%	16,58%	13,26%	16,58%	16,58%	16,58%	16,58%	16,58%	16,58%	16,58%		Película (G20)	0,4 %	
Ganho Solar pelo vidro	1233,98	3106,82	1706,56	3106,82	1542,47	3106,82	1542,47	2139,77	1542,47	2953,67		Película (G05)	0,65 %	
Carga Envolvória (C)	3074,24	6813,44	4251,60	6813,44	3382,73	6813,44	3382,73	4692,64	3382,73	6477,57		Brise 60"	0,5 %	
												Vegetação	0,6 %	
												Persiana	0,8 %	
Carga Total (W)	10363,64	20340,24	14518,53	15280,24	9680,13	19780,24	9640,13	13455,56	9680,13	15249,19	5056,00			
Estimada BTU/h	35360,72	69400,90	49537,22	52136,18	33028,60	67490,18	32892,12	45910,38	33028,60	52030,24	17251,07			
Adotada BTU/h	36,000	2x36000	2x24000	2x30,000	36,000	2x36000	36,000	2x24000	36,000	2x30000	2x18000	2		
Split High wall														
Split Under ceiling														
Cassete														

Carga Térmica (A) Pessoas, equipamentos, iluminação  
Carga Térmica (B) Infiltração e umidade relativa do ar  
Carga Térmica (C) Envolvória  
Salas com ocupação acima da permitida





# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Salas	2024A	2016A	2016B	2014	2012	2010	2008	2006	2004A	2004B	2004C	2002	2022(AC)	2024 (AC)	2026 (AC)	2028 (AC)	Dados
Área	24,9	23,76	30,74	35,39	42,82	43,78	49,63	42,62	9,93	9,89	13,25	26,26	78,06	87,87	84,83	84,83	Calor sensível
Largura	3,15	3,6	4,5	5,4	6,3	6,3	7,2	6,3	2,7	2,7	2,7	6,3	9,9	10,35	10,67	10,67	Calor Latente
N.º Pessoas	3	12	5	2	6	6	5	28	2	2	2	17	50	50	50	50	Área
Televisores	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0 Vento
Notebooks	0	4	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	50	50	0	0	1 Vazão
Desktops	3	1	4	1	6	6	0	1	1	1	1	1	0	0	0	30	0 Densidade do ar
Projektor	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1 T(ex)
Iluminação	112	112	140	168	196	196	224	196	56	56	84	140	364	392	392	448	448 T(in)
Cargas Internas I	1102	2512	1770	628	2176	2176	874	4556	516	56	34	2550	9524	9552	14622	11638	Ure
N.º de caixilhos	3,5	4	5	6	7	7	8	7	3	3	3	7	11	11,5	11,5	11,5	Uri
Massa de ar	0,01827	0,02088	0,0281	0,03132	0,03654	0,03654	0,04176	0,03654	0,01566	0,0157	0,0157	0,03654	0,05742	0,06003	0,06003	0,06003	11,5 Televisor (55 a 65"
Calor Sensível	128,53	146,89	183,61	220,34	257,08	257,08	293,78	257,08	110,17	110,17	110,17	257,08	403,95	422,31	422,31	422,31	0,06003 Notebook
Calor Latente	347,03	396,61	495,76	594,91	694,08	694,08	793,21	694,08	297,45	297,45	297,45	694,08	1090,66	1140,24	1140,24	1140,24	422,31 Desktop
Carga Infiltração	475,56	543,50	679,37	815,24	951,12	951,12	1086,99	951,12	407,62	407,62	407,62	951,12	1494,61	1562,55	1562,55	1562,55	1140,24 Projektor
Orientação	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	1562,55 Iluminação 1
Parede (Direta)	283,50	324,00	405,00	486,00	567,00	567,00	648,00	567,00	243,00	243,00	243,00	793,80	891,00	931,50	960,30	960,30	Iluminação 2
Transmissão - Pi	49,61	56,70	70,88	85,05	99,23	99,23	113,40	99,23	42,53	42,53	42,53	99,23	155,93	163,01	168,05	168,05	N (Direta)
Transmissão - Vi	276,51	316,01	395,01	474,01	553,01	553,01	632,02	553,01	237,01	237,01	237,01	553,01	869,02	908,52	936,61	936,61	N (Difusa)
Brise	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 S (Direta)
Película	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0 S (Difusa)
Vegetação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 SHGC (Ganho Sol
Persiana	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0 CGT Tjolo
Fator de Correção	3,40%	3,40%	3,40%	3,40%	3,40%	3,40%	1,70%	3,40%	3,40%	3,40%	3,40%	3,40%	4,25%	4,25%	4,25%	4,25%	0 CGT Vidro
Ganho Solar pelc	65,97	75,40	94,25	113,10	131,95	131,95	75,40	131,95	56,55	56,55	56,55	344,01	259,18	270,96	279,34	279,34	4,25% Cp Calor específico
Carga Envolvória	675,59	772,11	965,13	1158,16	1351,19	1351,19	1468,81	1351,19	579,08	579,08	579,08	1790,04	2175,13	2274,00	2344,31	2344,31	279,34 Densidade do ar
Carga Total (W)	2253,15	3827,60	3414,50	2601,40	4478,30	4478,30	3429,81	6858,30	1502,70	1042,70	1070,70	5291,16	13193,74	13388,55	18528,86	15744,86	FC Infiltração
Estimada BTU/h	7687,75	13059,78	11650,28	8875,99	15279,97	15279,97	11702,50	23400,53	5127,22	3557,70	3653,23	18053,45	45017,05	45681,73	63220,46	53721,45	Película (G20)
Adotada BTU/h	12000	18000	12000	12000	18000	18000	12000	24000	12000	12000	12000	18000	2x24000	2x24000	2x36.000	2x30.000	Película (G05)
Carga Térmica (A)																	53721,45 Brise 60°
Carga Térmica (B)																	2x30.000 Vegetação
Carga Térmica (C)																	Persiana

Pessoas, equipamentos, iluminação  
Infiltração e umidade relativa do ar  
Envolvória

	2022	2024	2026	2028
Atende nor	78,06	87,87	84,83	84,83
Atende no	0	0	10,67	10,67
Atende no	50	50	61	85
Atende no	50	50	61	85



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ID	Local - AC Par	Capacidade (BTU's)	Potência (W)	Tensão (V)	Fase (F+F)	Corrente (A)	Disjuntor (A)	Cabo (mm²)	R	S	T
AC-01	Sala 2022	24000	7034	220 Bifásico		12	16	4	3517	3517	
AC-02	Sala 2022	24000	7034	220 Bifásico		12	16	4	3517	3517	
AC-03	Sala 2024	24000	7034	220 Bifásico		16	20	4	3517	3517	
AC-04	Sala 2024	24000	7034	220 Bifásico		16	20	4	3517	3517	
AC-05	Sala 2028	30000	8792	220 Bifásico		16	20	4	4396	4396	
AC-06	Sala 2028	30000	8792	220 Bifásico		16	20	4	4396	4396	
AC-07	Sala 2026	36000	10551	220 Bifásico		21,6	25	4	5275	5275	
AC-08	Sala 2026	36000	10551	220 Bifásico		21,6	25	4	5275	5275	
AC-09	Sala 2024A	12000	3517	220 Bifásico		9,11	10	4	1758	1758	
AC-R	No-break01	18000	5275	220 Bifásico		9,33	10	4	2638	2638	
AC-R	Corredor Par								25498	25498	
AC-R	Corredor Par										
AC-R	Corredor Par										
AC-R	Corredor Par										
24 módulos						179,57					

ID	Local - AC Par	Capacidade (BTU's)	Potência (W)	Tensão (V)	Fase (F+F)	Corrente (A)	Disjuntor (A)	Cabo (mm²)	R	S	T
AC-01	Sala 2019	24000	7034	220 Bifásico		12	16	4	3517	3517	
AC-02	Sala 2019	24000	7034	220 Bifásico		12	16	4	3517	3517	
AC-03	Sala 2017	30000	8792	220 Bifásico		16	20	4	4396	4396	
AC-04	Sala 2017	30000	8792	220 Bifásico		16	20	4	4396	4396	
AC-05	Sala 2023	36000	10551	220 Bifásico		21,6	25	4	5275	5275	
AC-06	Sala 2021	36000	10551	220 Bifásico		21,6	25	4	5275	5275	
AC-07	Sala 2021	36000	10551	220 Bifásico		21,6	25	4	5275	5275	
AC-08	Sala 2015	36000	10551	220 Bifásico		21,6	25	4	5275	5275	
AC-09	No-break02	18000	5275	220 Bifásico		9,33	16	4	2638	2638	
AC-R	Corredor Impar								27257	27257	
AC-R	Corredor Impar										
AC-R	Corredor Impar										
24 módulos						182,08					

fator de demanda

1 potência instalada

1,1 carga instalada

1,25 corrente de demanda

Disjuntor Geral

Distância ODG

Queda de tensão

% queda de tensão

Bitola do cabo

Bitola PE

0,70

79,13 KVA

188,00 A

131,60 A

150 A

20 m

2,34 V

1,06 %

70 mm²

35 mm²

Ok





# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ID	Local - All - Par	Capacidade (BTU's)	Potência (W)	Tensão (V)	Fase (F+F)	Corrente (A)	Disjuntor (A)	Cabo (mm²)	R	S	T
AC-01	Sala 2005	24000	7034	220V	Bifásico	11,9	16	4	3517	3517	
AC-02	Sala 2005	24000	7034	220V	Bifásico	11,9	16	4	3517	3517	
AC-03	Sala 2001	30000	8792	220V	Bifásico	16	20	4	4396,2	4396,2	
AC-04	Sala 2001	30000	8792	220V	Bifásico	16	20	4	4396	4396,2	
AC-05	Sala 2003	36000	10551	220V	Bifásico	21,6	25	4	5275,5	5275,5	
AC-06	Sala 2007	36000	10551	220V	Bifásico	21,6	25	4	5275,5	5275,5	
AC-07	Sala 2009	36000	10551	220V	Bifásico	21,6	25	4	5275,5	5275,5	
AC-08	Sala 2009	36000	10551	220V	Bifásico	21,6	25	4	5275,5	5275,5	
AC-R	Corredor Ímpar								26377	23740	23740
AC-R	Corredor Ímpar										
AC-R	Corredor Ímpar										
AC-R	Corredor Ímpar										

24 módulos 170,64

Ok

fator de demanda  
potência instalada  
carga instalada  
corrente de demanda  
Disjuntor Geral  
Distância QDG  
Queda de tensão  
% queda de tensão  
Bitola do cabo  
Bitola PE

0,80  
73,86 kVA  
172,00 A  
137,60 A  
150 A  
30 m  
3,51 V  
1,59 %  
70 mm²  
35 mm²

ID	Local - All - Par	Capacidade (BTU's)	Potência (W)	Tensão (V)	Fase (F+F+N)	Corrente (A)	Disjuntor (A)	Cabo (mm²)	R	S	T
AC-01	2016A	18000	5275	220V	Bifásico	9,33	16	4	2638	2638	
AC-02	2010	18000	5275	220V	Bifásico	9,33	16	4	2638	2638	
AC-03	2016B	12000	3517	220V	Bifásico	9,11	10	4	1758	1758	
AC-04	2008	12000	3517	220V	Bifásico	9,11	10	4	1758	1758	
AC-05	2004A	12000	3517	220V	Bifásico	9,11	10	4	1758	1758	
AC-06	2012	18000	5275	220V	Bifásico	9,33	16	4	2638	2638	
AC-07	2014	12000	3517	220V	Bifásico	9,11	10	4	1758	1758	
AC-08	2004B	12000	3517	220V	Bifásico	9,11	10	4	1758	1758	
AC-09	2006	24000	7034	220V	Bifásico	11,9	16	4	3517	3517	
AC-10	2002	18000	5275	220V	Bifásico	9,33	16	4	2638	2638	
AC-11	2004C	12000	3517	220V	Bifásico	9,11	10	4	1758	1758	
AC-R	Corredor Par								16706	16706	15826

24 módulos 124,66

Ok

fator de demanda  
1 potência instalada  
1,1 carga instalada  
1,25 corrente de demanda  
Disjuntor Geral  
Distância QDG  
Queda de tensão  
% queda de tensão  
Bitola do cabo  
Bitola PE

0,80  
49,24 kVA  
140,00 A  
112,00 A  
125 A  
20 m  
1,95 V  
0,89 %  
50 mm²  
25 mm²



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

QDFL-AC	125 A
QDAR-AC-01	150 A
QDAR-AC-02	150 A
QDG-AC	300 A

fator de demanda	0,70
carga instalada	425,00 A
corrente de demanda	297,50 A
Disjuntor Geral	300 A
Distância QDG	20 m
Queda de tensão	4,68 V
% queda de tensão	2,13 %
Bitola Fase/Neutro	240 mm²
Bitola PE	120 mm²

Ok

QDFL-AII	125 A
QDAR-A2-01	150 A
QDAR-A2-02	125 A
QDG-A2	300 A

fator de demanda	0,70
carga instalada	400,00 A
corrente de demanda	280,00 A
Disjuntor Geral	300 A
Distância QDG	20 m
Queda de tensão	4,68 V
% queda de tensão	2,13 %
Bitola Fase/Neutro	240 mm²
Bitola PE	120 mm²

Ok



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

OBRA : Infraestrutura Elétrica  
ORÇAMENTO : Software Volare - Tabela TCPO/SINAPI 03/2026 PP (03/2026)  
LOCAL : Edifício Principal do IFUSP, 1.º Andar, Ala Central-AlaII

LS 120%  
BDI 29%  
R\$/m²\* 3195,03

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASS	UNIDADE	QUANT.	PREÇO(R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
<b>1</b>	<b>Demolições e Remoções</b>					<b>6.275,25</b>
106122U - SINAPI	Remoção de entulho Classe A (alvenaria/concreto) armazenado inicialmente em bombonas para descarte em aterro licenciado.	SER.CG	M³	5,00	304,63	1.523,17
104793 - SINAPI	remoção de cabos elétricos, com seção maior que 2,5 mm² e menor que 10 mm², de forma manual, sem reaproveitamento.	SER.CG	M	1.000,00	1,21	1.206,90
104794 - SINAPI	remoção de cabos elétricos, com seção de 16 mm², forma manual, sem reaproveitamento. af. 09/2023	SER.CG	M	100,00	2,18	217,54
104795 - SINAPI	remoção de cabos elétricos, com seção de 25 mm², forma manual, sem reaproveitamento. af. 09/2023	SER.CG	M	200,00	3,04	607,92
97624 - SINAPI	Demolição de alvenaria de tijolo maciço, sem reaproveitamento	SER.CG	M³	5,00	227,17	1.135,83
05.109.000001.SER	Corte em concreto de pisos e lajes, com discos diamantados, utilizando cortadora de piso espessura do corte 20 cm	SER.CG	M	10,00	158,39	1.583,90
<b>2</b>	<b>Cabos e Condutores</b>					<b>132.280,13</b>
16.119.000012.SER	Cabo isolado em PVC 4 mm² - 750 V - 70°C - flexível	SER.CG	M	3.000,00	11,75	35.250,00
16.119.000106.SER	Cabo isolado em PVC 25 mm² - 0,6/1KV - 70°C - flexível	SER.CG	M	6,00	44,03	264,18
16.119.000107.SER	Cabo isolado em PVC 35 mm² - 0,6/1KV - 70°C - flexível	SER.CG	M	100,00	59,29	5.929,00
16.119.000108.SER	Cabo isolado em PVC 50 mm² - 0,6/1KV - 70°C - flexível	SER.CG	M	30,00	83,15	2.494,50
16.119.000109.SER	Cabo isolado em PVC 70 mm² - 0,6/1KV - 70°C - flexível	SER.CG	M	225,00	109,01	24.527,25
16.119.000111.SER	Cabo isolado em PVC 120 mm² - 0,6/1KV - 70°C - flexível	SER.CG	M	40,00	175,10	7.004,00
16.119.000114.SER	Cabo isolado em PVC 240 mm² - 0,6/1KV - 70°C - flexível	SER.CG	M	160,00	355,07	56.811,20
<b>3</b>	<b>Eletrodutos de aço carbono e conexões</b>					<b>14.617,50</b>
16.111.000901.SER	Eletroduto de aço carbono com costura galvanização a fogo inclusive conexões Ø 20 mm 3/4"	SER.CG	M	270,00	48,83	13.184,10
16.113.000091.SER	Derivação lateral para eletroduto em chapa de aço galvanizado # 22 para perfurado	SER.CG	UN	30,00	12,72	381,60
16.115.000070.SER	Condutite em liga de alumínio fundido tipo "C" Ø 3/4"	SER.CG	UN	20,00	52,59	1.051,80
<b>4</b>	<b>Eletrocalhas, perfilados e acessórios</b>					<b>27.669,43</b>
16.113.000575.SER	Eletrocalha perfurada em chapa de aço galvanizado # 22, tipo "U", sem tampa largura 100 mm x altura 50 mm, instalação superior, inclusive conexões	SER.CG	M	234,00	90,34	21.139,56
16.113.000602.SER	Eletrocalha perfurada em chapa de aço galvanizado # 16, tipo "U", sem tampa largura 200 mm x altura 100 mm, instalação superior, inclusive conexões	SER.CG	M	12,00	303,28	3.639,36
16.113.000722.SER	Eletrocalha perfurada em chapa de aço galvanizado # 18, tipo "U", sem tampa largura 100 mm x altura 100 mm, instalação superior, inclusive conexões	SER.CG	M	12,00	240,88	2.890,51
<b>5</b>	<b>Quadros em chapa de aço</b>					<b>16.985,68</b>
16.107.000015U.SER + PP	Quadro de distribuição geral em chapa de aço de sobrepôr, com barramento trifásico, 300A dimensões externas 1200 x 800 x 300 mm	SER.CG	UN	2,00	3.003,69	6.007,38
16.107.000030U.SER + PP	Quadro de distribuição em chapa de aço de sobrepôr, com barramento trifásico para até 28 divisões modulares, padrão DIN, 150A dimensões externas 800 x 600 x 200 mm	SER.CG	UN	5,00	2.195,66	10.978,30
<b>6</b>	<b>Disjuntores</b>					<b>52.064,28</b>
16.109.000054.SER	Disjuntor bipolar termomagnético de 10 A em quadro de distribuição	SER.CG	UN	8,00	100,74	805,92
16.109.000055.SER	Disjuntor bipolar termomagnético de 16 A em quadro de distribuição	SER.CG	UN	7,00	100,92	706,44
16.109.000056.SER	Disjuntor bipolar termomagnético de 20 A em quadro de distribuição	SER.CG	UN	8,00	101,14	809,12
16.109.000057.SER	Disjuntor bipolar termomagnético de 25 A em quadro de distribuição	SER.CG	UN	10,00	89,55	895,50
16.109.000057U.SER	Dispositivos de proteção contra surto - DPS	SER.CG	UN	24,00	141,53	3.396,72
16.109.000102.SER	Disjuntor tripolar compacto > 32 A até 63 A	SER.CG	UN	10,00	1.746,08	17.460,80
16.109.000104.SER	Disjuntor tripolar compacto > 100 A até 160 A com bornes ou prolongadores	SER.CG	UN	6,00	2.866,54	17.199,24
16.109.000106.SER	Disjuntor tripolar compacto > 250 A até 400 A com bornes ou prolongadores	SER.CG	UN	2,00	5.395,27	10.790,54
<b>7</b>	<b>Serviço Técnico Especializado*</b>					<b>23.463,09</b>
FDE - TH 19/02	Projeto Executivo	SER	UN	1,00	5.236,65	5.236,65
FDE - TH 19/02	Projeto As Built	SER	UN	1,00	785,50	785,50
CREASP	Emissão de ART de projeto e execução	SER	UN	2,00	285,59	571,18
FDE - TH 19/02	Eng.º Eletricista	M.O.	H	60,00	281,16	16.869,76
<b>8</b>	<b>Serviços Complementares</b>					<b>1.866,45</b>
98575 - SINAPI+PP	Aplicação de selante intumescente	SER	M	0,50	342,90	171,45
32.109.000200.SER	Limpeza Geral Pós-Obra	SER	M	100,00	16,95	1.695,00
<b>TOTAL GERAL:</b>						<b>275.221,82</b>



## **USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP**

### **Registro de assinatura(s) eletrônica(s)**

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código XYFG-PP6R-EIDS-PHF8 no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/XYFG-PP6R-EIDSPHF8>

#### **Veronica Espinosa Pintos Lopes**

**Nº USP:** 5008157

**Data:** 30/04/2026 16:17

#### **Alexandre de Oliveira Vieira**

**Nº USP:** 2464203

**Data:** 04/05/2026 11:31

#### **Karen Cristiane Siqueira Dantas**

**Nº USP:** 2510191

**Data:** 30/04/2026 14:38



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

### ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Ao Instituto de Física – USP  
Pregão Eletrônico:04/2026 – IFUSP  
Processo nº 154.00006496/2026-37

Prezados Senhores,

Pelo presente, apresentamos e submetemos à apreciação de Vsa., nossa proposta comercial, observando a descrição do objeto constante do Termo de Referência (anexo I)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
	USAR A TABELA DO MEMORIAL DESCRITIVO				

**Valor total R\$ ----- ( \_\_\_\_\_ )**

**OBSERVAÇÃO:** Nos valores acima deverão estar inclusos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado. Não será admitida a proposta parcial, isto é, a oferta deverá abranger a integralidade do item.

#### **DADOS DO PROPONENTE:**

Razão Social:  
Endereço completo:  
Telefone:  
E-mail  
Dados Bancários: (Banco do Brasil)  
Validade da Proposta (não inferior a 60 (sessenta) dias corridos)  
Condição de pagamento: 28 dias  
Prazo de entrega: 60 dias (ver cronograma físico financeiro)

**Declaro total concordância com os termos da minuta de contrato, termo de referência e das condições da presente licitação.**

....., .....de.....de 2026.

(identificação do representante legal da empresa)





## **ANEXO III**

### **ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA**

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

#### **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012**

#### **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023**

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.



## ANEXO IV – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

*(redação dada pela Resolução nº 11/2021)*

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADO:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO:**

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

9. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo:



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 –IFUSP

CPF:

### RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

### RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela **CONTRATADA**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

### ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

### GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

### DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_



## USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

### Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código KZJ6-U57V-AL7T-5Q46 no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/KZJ6-U57V-AL7T-5Q46>

**Kaline Rabelo Coutinho**

**Nº USP:** 957971

**Data:** 11/05/2026 16:48